



CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS
REGIÃO GEO-ECONÔMICA DE BRASÍLIA
Dom Elizeu, 51 – CEP 38.650-000 – Bonfinópolis de Minas – MG
CNPJ/MF 20.571.501/0001-35

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 20/2011

Ementa.....: *"Estabelece critérios para fixação de preços públicos para a execução de serviços a terceiros, nos casos que específica e dá outras providências"*

Autoria.....: Prefeito Municipal

Relator.....: Vereador Carlinhos da Brasilinha

I – RELATÓRIO:

De autoria do Prefeito Municipal, o presente Projeto de Lei visa estabelecer critérios para fixação de preços públicos para a execução de serviços a terceiros.

Publicada, a proposição foi distribuída a esta Comissão para receber parecer quanto à sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, conforme dispõe o art. 168, combinado com o art. 88, II, "b", do Regimento Interno.

É o parecer.

II – FUNDAMENTAÇÃO:

A proposição em exame visa estabelecer os critérios para fixação de preços públicos, em atendimento ao disposto no artigo 145 da Lei Orgânica Municipal.

Cabe mencionar que a matéria está adstrita ao campo da competência legislativa do Município, por quanto trata de questão que interessa exclusivamente ao Município, em conformidade com a autonomia que a forma federativa lhe garante, não se encontrando entre aquelas matérias que se inserem no domínio de competência da União ou do Estado.



CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS
REGIÃO GEO-ECONÔMICA DE BRASÍLIA
Dom Elizeu, 51 – CEP 38.650-000 – Bonfinópolis de Minas – MG
CNPJ/MF 20.571.501/0001-35

Desta forma, no plano da competência legislativa, a proposição não contém vício.

Também não vislumbramos óbice quanto à iniciativa, porquanto o impulso de matérias de tal natureza é de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, vez que trata da administração de bens públicos, nos exatos termos do artigo 113 da Lei Orgânica Municipal.

Como se sabe, o preço público objetiva o ressarcimento dos custos dos respectivos serviços, colocados à disposição do interessado.

Destarte, o preço público não é tributo, na verdade, *preço público* é receita originária, pago de forma voluntária, visto que o Poder Público atua como particular na cobrança do mesmo.

Para a instituição de *preço público*, o regime é contratual (ou seja, não há lei em sentido formal em sua instituição) e não há compulsoriedade no seu pagamento, ou seja, não se paga pela mera disponibilidade (potencialidade) do serviço.

Há, também, relativa flexibilidade na fixação dos *preços públicos*, que não se sujeitam às regras tributárias e, sim, aos regramentos do direito privado e público, tais como a lei de concessões e permissões de serviço público.

Nesse sentido, a nossa Lei Orgânica, em seu artigo 144 já autoriza o Município a cobrar preços públicos “*para obter o ressarcimento da prestação de serviços de natureza comercial ou industrial ou de sua atuação na organização e exploração de atividades econômicas...*”.



CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS
REGIÃO GEO-ECONÔMICA DE BRASÍLIA
Dom Elizeu, 51 – CEP 38.650-000 – Bonfinópolis de Minas – MG
CNPJ/MF 20.571.501/0001-35

Já o artigo 145 da Lei Orgânica Municipal dispõe que *“Lei Municipal estabelecerá outros critérios para a fixação de preços públicos”*. Desta forma o presente projeto de lei estabelece tais critérios, dentre eles, o disposto no artigo 3º da proposição, que autoriza o Executivo a conceder remissão parcial ou total de preço público a diversos seguimentos, dentre eles, as entidades sem fins lucrativos de caráter educacionais, representativas de classes, religiosas, assistenciais, beneficentes, culturais, filosóficas, recreativas, esportivas e representativas de moradores; beneficiário do Programa Bolsa Família, do Governo Federal; agricultores familiares, a acampados e aos assentados em Programa de Reforma Agrária.

Importante destacar ainda o disposto no artigo 6º da proposição que dispõe que para contratar os serviços remunerados com preços públicos, o interessado deverá apresentar certidão negativa de débito com o Município de Bonfinópolis de Minas.

III – CONCLUSÃO:

ANTE O EXPOSTO, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 20/2011, por estarem presentes os pressupostos de legalidade, constitucionalidade e juridicidade.

Sala das Reuniões, 28 de novembro de 2011.

Vereador CARLINHOS DA BRASILINHA
Relator